



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

Projeto de Resolução n.º 97/XIII-1ª

Defende a construção do novo Hospital Central Público de Évora

Exposição de motivos

O Projeto de Resolução que agora se apresenta reproduz razões e argumentos que há muito são fundamento das reivindicações das populações do Alentejo e que, mais recentemente, tiveram tradução no Projeto de Resolução n.º 1568/XII, apresentado pelo PCP e votado no dia 22 de Julho de 2015, tendo sido rejeitado com os votos contra de PSD e CDS e a favor das restantes bancadas parlamentares.

Após sucessivos adiamentos da construção do novo Hospital, a situação a que se chegou no Hospital do Espírito Santo em Évora (HESE) é insustentável.

O esgotamento das atuais instalações do HESE é mais que evidente e causa óbvios constrangimentos financeiros e operacionais.

Trata-se de um Hospital que funciona em dois edifícios distintos, separados por uma via rodoviária identificada oficialmente como parte integrante do IP2.

As intervenções na conservação de ambos os edifícios foram realizadas tendo em perspectiva que a construção do novo Hospital estaria concluída no final de 2014. Isto é, desde Janeiro de 2015 que o HESE funciona em instalações cujo “fim de vida” foi já ultrapassado.

Tratando-se de um Hospital Central que serve todo o Alentejo, abrangendo uma população de cerca de 500.000 habitantes e com uma carteira de serviços e valências definida por referência ao que está estabelecido para os hospitais centrais, a verdade é que o HESE se confronta atualmente com inúmeras dificuldades em fixar profissionais e em desenvolver a prestação de cuidados de saúde por não dispor de instalações adequadas.

As dificuldades que resultam do insuficiente número de salas de Bloco Operatório, que se refletem em várias especialidades cirúrgicas, são apenas um dos exemplos mais flagrantes de tais constrangimentos. As dificuldades que resultam de não se poder

aumentar o espaço nas urgências, de não haver espaço para outras especialidades próprias de um hospital central, nomeadamente as especialidades de cirurgia vascular e neurocirurgia, a impossibilidade de se aumentar o número de camas na Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente, são outros dos problemas que evidenciam a necessidade de construção do novo Hospital.

É de referir ainda que, apesar das medidas que foram implementadas em termos de segurança, nomeadamente em caso de incêndio, persiste um risco elevado que só um novo Hospital resolverá.

Apesar de o projeto e a construção do novo Hospital terem sido devidamente programados por sucessivos Conselhos de Administração do HESE, a verdade é que por decisão governamental o processo para a sua construção foi adiado e interrompido, não havendo qualquer perspetiva para o seu avanço há já vários anos.

Primeiro, em 2008, com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2008, do Governo PS, que adiou a transferência das verbas necessárias à construção. Depois, com o abandono do projeto pelo Governo PSD/CDS e novo incumprimento em 2013 do calendário de transferência das verbas.

Em 2011, pela voz do Ministro da Saúde durante o debate do Orçamento do Estado, o anterior Governo PSD/CDS recusou assumir qualquer compromisso com a construção do novo Hospital de Évora, dizendo “não contem comigo para fazer promessas”. Depois, em cima das eleições legislativas e através do mesmo Ministro, o Governo PSD/CDS veio anunciar novamente a promessa de construção do novo Hospital, apenas com a perspetiva de obter ganhos eleitorais.

O direito à saúde das populações do Alentejo merece mais respeito!

Não é possível assegurar aos utentes a prestação dos cuidados de saúde e a melhoria das condições de vida a que têm direito sem garantir no Alentejo uma rede de serviços públicos de saúde devidamente distribuídos pelo território e articulados entre si. Essa rede não estará garantida enquanto não for construído o novo Hospital Central público de Évora.

E não é admissível que se argumente com a falta de meios financeiros para a construção do novo Hospital.

A construção integral do novo Hospital Central público de Évora está orçamentada em cerca de 100 milhões de euros, o correspondente a cerca de dois anos de orçamento de funcionamento nas atuais instalações.

E mais: entre 2011 e 2015, o Governo PSD/CDS negou a construção do novo Hospital Central público de Évora mas financiou com muitos milhões de euros novas PPP para construção de hospitais privados.

O que tudo isto comprova é que a construção do novo Hospital Central público de Évora tem sido utilizada apenas como arma de disputa eleitoral e só não está concretizada por falta de vontade política de sucessivos governos.

Apesar de, em tempo de campanha eleitoral, PS, PSD e CDS terem sucessivamente repetido essa promessa às populações, a verdade é que após as eleições a promessa acabou sucessivamente adiada e até as propostas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República acabaram rejeitadas, alternadamente, com os votos de PSD e CDS ou do PS.

Com a apresentação do presente Projeto de Resolução procura-se dar concretização à esperança de muitos alentejanos de que a alteração da correlação de forças na Assembleia da República, na sequência das eleições do passado dia 4 de Outubro, corresponda às aspirações e anseios dos trabalhadores e do povo e, em particular, permita dar resposta adequada às suas necessidades de acesso à saúde.

O PCP, dando uma vez mais cumprimento aos compromissos assumidos com as populações da região, propõe que a Assembleia da República assegure as condições para o arranque da construção do novo Hospital Central em Évora durante o ano de 2016, salvaguardando o modelo integralmente público para a sua construção e gestão.

Nestes termos, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PCP, propõem que a Assembleia da República adote a seguinte

Resolução

Nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição da República Portuguesa, a Assembleia da República resolve:

- 1- Defender a construção do novo Hospital Central público de Évora;
- 2- Recomendar ao Governo que:
 - a) Desencadeie os procedimentos necessários para que a construção do novo Hospital se inicie durante o ano de 2016;

- b) Sejam mantidos o projeto e o modelo de financiamento propostos pelo Conselho de Administração do Hospital do Espírito Santo de Évora (HESE);
- c) Sejam transferidas, pelo Governo, para o HESE as verbas necessárias à construção do novo Hospital Central público de Évora, assegurando o seu financiamento sem dependência do faseamento da construção, de forma a evitar novas interrupções e adiamentos do processo;
- d) Sejam avaliadas soluções de financiamento com recurso a fundos comunitários, assegurando o modelo integralmente público previsto para a construção e gestão do novo Hospital Central.

Assembleia da República, 19 de janeiro de 2016

Os Deputados,

JOÃO OLIVEIRA, JOÃO RAMOS, CARLA CRUZ, PAULA SANTOS, ANTÓNIO FILIPE, RITA
RATO; PAULO SÁ; BRUNO DIAS; MIGUEL TIAGO; ANA MESQUITA; ANA VIRGÍNIA;
DIANA FERREIRA; JORGE MACHADO